

Processo n.º E-RR-3.432/76 — 2.ª Região
 Relator: Exmo. Sr. Juiz Pajehú Macedo Silva
 Revisor: Exmo. Sr. Ministro Lomba Ferraz
 Espécie: Embargos opostos à decisão da Egrégia 1.ª Turma
 Interessados: Banco União Comercial S/A e José Orlando Barbosa.
 Advogados: Dr. Luiz Miranda — Dr. José Tôres das Neves.
 As causas constantes da presente pauta e que não forem julgadas nessa sessão entrarão em qualquer outra que se seguir, independente de nova publicação.
 Brasília, 11 de novembro de 1977. — *Nauriá Crivaro Lôbo* — Subsecretária do Tribunal.

53ª Pauta de Julgamento para a Sessão a realizar-se em 23 de novembro de 1977 (quarta-feira), às 13 horas

Processo E-RR-1059-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Alves de Almeida
 Espécie: Embargos opostos à decisão da Egrégia 3.ª Turma
 Interessados: Aristeu Puridade Rocha e Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS — RLAM.
 Advogados: Dra. Cléa Seabra Alves — Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira.
 Processo E-RR-1071-76 da 4ª Região
 Relator: Excelentíssimo Senhor Ministro Orlando Coutinho
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3.ª Turma
 Interessados: Jacir Moraes e outros e Indústria de Celulose Borregaard S.A.
 Advogados: Dr. Alino da Costa Monteiro — Dr. Hugo Gueiros Bernardes
 Processo E-RR-1130-76 da 2ª Região
 Relator: Excelentíssimo Senhor Ministro Raymundo de Souza Moura
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3.ª Turma
 Interessados: Lauro Custódio e Indústria Metalúrgica Forjaço S.A.
 Advogados: Dr. Ulisses Riedel de Resende — Dr. Cássio Mesquita Barros Júnior
 Processo E-AI-1138-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Senhor Ministro Lima Teixeira
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Ary Campista
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3.ª Turma
 Interessados: Banco Nacional S. A. e Gilson de Azevedo Santos.
 Advogados: Dr. Carlos Odorico Vieira Martins — Dr. José Tôres das Neves
 Processo E-RR-1174-76 da 1ª Região
 Relator: Excelentíssimo Senhor Ministro Coqueijo Costa
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lomba Ferraz
 Espécie: Embargos opostos à decisão E. 1.ª Turma
 Interessados: Zacarias Francisco Alves e Fabrimar S.A. — Indústria e Comércio
 Advogados: Dr. Alino da Costa Monteiro — Dr. Valério Rezende
 Processo n.º E-RR-1184-76 da 4ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Coqueijo Costa
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lomba Ferraz
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1.ª Turma
 Interessados: Maria Alice Fagundes e Eler Hoehner S.A. — Indústria do Vestuário.
 Advogados: Dr. Carlos Arnaldo Selva — Dr. Francisco José da Rocha
 Processo n.º E-RR-1190-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Ary Campista
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3.ª Turma
 Interessados: Alcides Guedes de Lima e outros e Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS — RPBa.
 Advogados: Dr. Ulisses Riedel de Resende — Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira
 Processo n.º E-RR-1220-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho

Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1.ª Turma
 Interessados: Instituto de Cacau da Bahia e Edgar Júlio de Oliveira.
 Advogados: Dr. Josaphar Marinho — Dr. Heckel Amancio Costa
 Processo n.º E-RR-1254-76 da 2ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Espécie: Embargos opostos à decisão da Egrégia 3.ª Turma
 Interessados: Cartográfica Francisco Mazz S.A. e Saturnina Carvalho Miguel.
 Advogados: Dr. José Granadeiro Guimarães — Dr. Ulisses Riedel de Resende
 Processo n.º E-RR-1281-76 da 1ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Alves de Almeida
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 2.ª Turma
 Interessados: Comercial e Importadora Tropical Ltda. e Dilermano da Costa Peixoto e outro.
 Advogados: Dr. Eulélino Muniz — Doutor Hugo Mósca.
 Processo n.º E-RR-1328-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1.ª Turma
 Interessados: Rede Ferroviária Federal S.A. e Antonio Bispo de Souza e outros.
 Advogados: Dr. Artur Gomes Cardoso Rangel — Dr. Ulisses Riedel de Resende.
 Processo n.º E-AI-1425-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Revisor: Exmo. Sr. Ministro Ary Campista
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 2.ª Turma
 Interessados: Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS-RPBa. e Josalmir de Paula Couto dos Reis e outros
 Advogados: Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira — Dr. Ulisses Riedel de Resende.
 Processo n.º E-RR-1425-76 — 2ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Alves de Almeida
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura
 Espécie: Embargos opostos à Decisão da E. 2ª Turma
 Interessados: Lapis Johann Faber S.A. e Ricardo Bergamasco e outros.
 Advogados: Dr. João da Paixão Teixeira Brant e Dr. Antonio Walter Frujelle
 Processo n.º E-RR-1448-76 de 2ª Região
 Relator: Exmo. Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura
 Revisor: Exmo. Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3ª Turma
 Interessados: S.A. Empresa de Eletricidade Sul Paulista e Giovanni de Robertis.
 Advogados: Dr. Idélino Martins — Dr. Ary Moreira Ribeiro
 Processo n.º E-RR-1455-76 da 1ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1.ª Turma
 Interessados: Companhia de Transportes Coletivos do Estado do Rio de Janeiro (CTC-RJ) e Antonio Mesquita.
 Advogados: Dr. A. Bernardino de Campos — Dr. Sérgio Moreira de Oliveira.
 Processo n.º E-RR-1464-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Coqueijo Costa
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Fernando Franco
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 2ª Turma
 Interessados: Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS-RPBa. e Djalma Gomes da Silva.

Advogados: Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira — Dr. Ruy Conceição Pedreira.
 Processo n.º E-RR-1520-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 2ª Turma
 Interessados: Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS-RPBa. e João Batista de Souza.
 Advogados: Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira — Dr. Ulisses Riedel de Resende.
 Processo n.º E-RR-1527-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Ary Campista
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3ª Turma
 Interessados: Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS-RPBa. e Aloisio Teles de Oliveira e outros
 Advogados: Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira — Dr. Ruy Conceição Pedreira
 Processo n.º E-RR-1570-76 da 2ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Coqueijo Costa
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lomba Ferraz
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1ª Turma
 Interessados: João Ferreira da Silva 5º e outro e FEPASA — Ferrovia Paulista S.A.
 Advogados: Dr. Ulisses Riedel de Resende — Dr. Carlos Moreira de Luca
 Processo n.º E-RR-1583-76 da 2ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Coqueijo Costa
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lomba Ferraz
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1ª Turma
 Interessados: Alcino Louro e outros e União Federal — (Cia. Brasileira de Cimento Portland — PERUS)
 Advogados: Dr. Ulisses Riedel de Resende — Dr. Alberto Brandão Muylaert
 Processo n.º E-RR-1591-76 da 2ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Coqueijo Costa
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lomba Ferraz
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1ª Turma
 Interessados: Adriano Ferreira Filho e outro e FEPASA — Ferrovia Paulista S.A.
 Advogados: Dr. Ulisses Riedel de Resende — Dr. Carlos Moreira de Luca
 Processo n.º E-RR-1660-76 da 4ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3ª Turma
 Interessados: Neimar Giarcomrili e Karpouzas & Cia. Ltda.
 Advogados: Dr. Carlos Arnaldo Selva — Dr. Expedito T. M. Dutra
 Processo n.º E-RR-1672-76 da 4ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1ª Turma
 Interessados: Maria Izaltina Campolim Martins e outros e Confecções Wolens Sociedade Anônima
 Advogados: Dr. Alino da Costa Monteiro — Dr. Eduardo Gomes Gll.
 Processo n.º E-RR-1723-76 da 4ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 2ª Turma
 Interessados: União de Bancos Brasileiros S.A. e Clóvis Jaques dos Santos.
 Advogados: Dr. Marcio Gontijo — Dr. José Tôres das Neves
 Processo n.º E-RR-1751-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Coqueijo Costa
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Fernando Franco
 Espécie: Embargos opostos à decisão

da E. 1ª Turma
 Interessados: Germinio Marcelo e Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS
 Advogados: Dr. Ulisses Riedel de Resende — Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira
 Processo n.º E-RR-1917-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Ary Campista
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3ª Turma
 Interessados: José Bispo dos Santos e Petróleo Brasileiro S.A. — PETROBRAS
 Advogados: Dr. José Tôres das Neves — Dr. Ruy Jorge Caldas Pereira
 Processo n.º E-RR-2067-76 da 4ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Ary Campista
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3ª Turma
 Interessados: Izidoro Rodrigues Ferreira e Cia. Estadual de Energia Elétrica
 Advogados: Dr. Alino da Costa Monteiro — Dr. Silvio Cabral Lorenz
 Processo n.º E-RR-2076-76 da 4ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Alves de Almeida
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3ª Turma
 Interessados: Cia. Estadual de Energia Elétrica e Máximo Odim de Secco Lopes
 Advogados: Dr. Silvio Cabral Lorenz — Dr. Alino da Costa Monteiro
 Processo n.º E-RR-2103-76 da 4ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Lomba Ferraz
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Coqueijo Costa
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 1ª Turma
 Interessados: Jorge Tadeu Zanella e Carbonífera Próspera S.A.
 Advogados: Dr. Alino da Costa Monteiro — Dr. Nicanor Luz
 Processo n.º E-RR-2160-76 da 5ª Região
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Orlando Coutinho
 Revisor: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Espécie: Embargos opostos à decisão da E. 3ª Turma
 Interessados: Rede Ferroviária Federal S.A. e Ademício Guedes Muniz e outros
 Advogados: Dr. Roberto Benatar — Dr. Ulisses Riedel de Resende.
 As causas constantes da presente pauta e que não forem julgadas nessa sessão, entrarão em qualquer outra que se seguir, independente de nova publicação.
 Brasília, 11 de novembro de 1977. — *Nauriá Crivaro Lôbo*, Subsecretária do Tribunal.

PRIMEIRA TURMA

35ª Pauta de Julgamento para a Sessão a realizar-se em 17 de novembro de 1977 (quinta-feira), às 13:00 horas

Processo n.º AI — 1247-77
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Lima Teixeira
 Espécie: Agravo de instrumento de despacho do Juiz Presidente do TRT da 2ª Região.
 Interessados: Banco do Brasil Sociedade Anônima e Sindicatos dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São José dos Campos.
 Advogados: Doutores Jônathas de Castro Ferreira e José Tôres das Neves.
 Processo n.º AI — 1353-77
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Raymundo de Souza Moura.
 Espécie: Agravo de instrumento de despacho do Juiz Presidente do TRT da 2ª Região.
 Interessados: José Rodrigues e Fábrica de Tecidos Labor Sociedade Anônima.
 Advogados: Doutores Ulisses Riedel de Resende.
 Processo n.º AI — 1369-77
 Relator: Excelentíssimo Sr. Ministro Fernando Franco.
 Espécie: Agravo de instrumento de despacho do Juiz Presidente do TRT da 1ª Região.

Brasília, 3 de novembro de 1977. — Renato Machado, Ministro-Presidente do T.S.T. TST — AI — 1.166-76 (Ac. TP — 1.463-77)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Recorrente: Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima Advogado: Dr. Artur Gomes Cardoso Rangel Recorridos: Mário Ferraz e outros Advogados: Dr. Carlos Arnaldo Selva

1ª REGIÃO

Despacho

É interposto recurso extraordinário contra acórdão que reconheceu a competência desta Justiça do Trabalho, para apreciar pedido de complementação de aposentadoria estabelecida em norma regulamentar da empresa.

No apelo extremo, apontam-se como violados os artigos 110, 125, I e 153, § 2º, da Carta Magna e alega-se divergência pretoriana, que daria alicerce ao recurso pela alínea d do permissivo constitucional.

Tendo em vista a restrição contida no artigo 143 da Lei Maior, incabível o recurso com apoio na alínea d, do inciso III, do artigo 119.

Entende o prolator do presente despacho que não ocorreu qualquer violação do texto constitucional Expressa todavia, que a jurisprudência da Suprema Corte vem se orientando no sentido de conhecer e prover recursos extraordinários análogos ao interposto neste autos (v.g. RE-87.574 — Acórdão publicado no Diário da Justiça de 30 de setembro de 1977, página nº 6.686).

Tanto o recurso, exclusivamente em atenção a convencimento pessoal, e a ato contrário ao princípio da economia processual, pois, o remédio extremo acabaria subindo ao Maço Tribunal.

Com base no exposto, dou seguimento ao recurso extraordinário.

Publique-se e prossiga-se. Brasília, 3 de novembro de 1977. — Renato Machado, Ministro-Presidente do T.S.T.

TST — A I — 1.750-76

(Ac. TP — 1.466-77)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Recorrente: Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima Advogado: Dr. Roberto Benatar Recorridos: Armano Pereira e outros Advogado: Dr. Ullisses Riedel de Resende

5ª REGIÃO

Despacho

No presente processo, reconheceu-se devido a funcionários federais cedidos a Recorteite o reajuste salarial de que trata a Lei nº 4.345, de 1964.

A Recorrente apresenta recurso extraordinário, alegando infração aos artigos 110, 125 e 142, da Constituição Federal.

Em vários despachos, indeferidos recortes extraordinários da Rede Ferroviária Federal, nos quais esta, com fundamentação análoga, pretendia fosse a Justiça do Trabalho incompetente para decidir reclamações apresentadas por servidores públicos cedidos.

O Excelso Petório, ultimamente, vem ordenando a subida dos apelos interpostos, nesses casos.

Trancar o recurso, exclusivamente em atenção a convencimento pessoal, seria ato não condizente com o princípio da economia processual, vez que o remédio extremo acabaria subindo à Suprema Corte.

Dou, por isso, seguimento. Publique-se e prossiga-se.

Brasília, 3 de novembro de 1977. — Renato Machado, Ministro-Presidente do T.S.T.

TST — DC — 5-74

(Ac. TP — 1.033-77)

Recorrentes: Estado de Minas Gerais Advogado: Dr. Francisco Delró Couto Borges Advogado: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Advogado: Dr. Sully Alves de Souza

Recorridos: Sindicato dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Copistas, Profetas Técnicos e Auxiliares dos Estados da Guanabara, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul Advogado: Dr. Ullisses Riedel de Resende

Despacho

O Pleno deste Tribunal, pelo acórdão de fls. 837-840, rejeitou os embargos infringentes, opostos pela Fundação IBGE, por entender que a discussão, sobre a proibição ou não da sindicalização dos empregados da embargante, perde objeto diante da nova redação do artigo 566, da CLT, e de que o mesmo ocorre em relação ao argumento de parâmetros superiores ao fixado na sentença normativa, posto que a compensação dos aumentos espontâneos já fora deferido pelas decisões anteriores.

As fls. 842-845, o Estado de Minas Gerais, com fulcro nos artigos 119, III, alíneas "a" e "d" e 143, da Constituição, interpõe recurso extraordinário, apontando como contrariados os artigos 1º, inciso V, 106, 108 e 110, da Constituição e contrariedade do Prejuízo número 44.

A Fundação IBGE, às fls. 849-855, também interpõe recurso extraordinário, arguindo violação dos artigos 6º, 8º, XVII e 142, da Constituição, ao argumento de que o enquadramento sindical

é ato administrativo de competência exclusiva do Poder Executivo, a teor dos artigos 566 e 570 a 577, da C.L.T.

O recurso do Estado de Minas Gerais preenche as condições de admissibilidade posto que a decisão originária (folhas 644-671), com base no Prejuízo 44, exciui o Estado da Guanabara (atual Estado do Rio de Janeiro).

Quanto ao apelo extremo do Estado de Minas Gerais, fundamentando em má interpretação aplicação dos artigos 566 e 577, da C.L.T., não é de ser admitido. O entendimento de que os citados dispositivos consolidados não proibem a sindicalização dos empregados de fato privado, não extrapola os limites da interpretação da Constituição, sendo incabível o recurso extraordinário, a teor do artigo 143, da Constituição.

Defiro o recurso interposto no Estado de Minas Gerais e indefiro o apelo extraordinário da Fundação IBGE.

Publique-se e prossiga-se.

Brasília, 3 de novembro de 1977. — Renato Machado, Ministro-Presidente do T.S.T.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SEGUNDA DIVISÃO JUDICIÁRIA

Publicação de Acórdão

TERMO DA 41ª AUDIÊNCIA

Aos sete dias do mês de novembro do ano de mil novecentos e setenta e sete, na sala de Sessões do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, onde se achava presente o Excelentíssimo Senhor Desembargador José Júlio Leal Fagundes, Presidente da Turma, comigo, Secretário da mesma, servindo de escrivão que esta subscreve, foi pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador-Presidente ordenado se abrisse audiência para publicação de acórdão.

Aberta a audiência, foram publicadas os acórdãos dos seguintes processos:

Recurso de Habeas Corpus

Nº 657 — Distrito Federal — Relator: Desembargador José Fernandes de Andrade — Recorrente: João de Moraes Camargo (Advogado Doutor Flávio de Pilla) — Recorrida: Justiça Pública — Decisão: "Deu-se provimento, à unanimidade".

EMENTA: "Recurso provido e ordem concedida. Constitui coação ilegal constrear alguém a submetter-se a identificação criminal, já o sendo civilmente".

Nº 849 — Distrito Federal — Relator: Desembargador José Fernandes de Andrade — Recorrente: Alessandro Guerriero Guerrini — (Advogado Doutor Nilson Bernardes Curado) — Recorrida: Justiça Pública — Decisão: "Deu-se provimento, à unanimidade".

EMENTA: "Recurso provido e ordem concedida. Constitui coação ilegal constrear alguém a submetter-se a identificação criminal, já o sendo civilmente".

Nº 865 — Distrito Federal — Relator: Desembargador Juscelino José Ribeiro — Recorrentes: Juarez Rodrigues de Souza e outro — (Advogado Doutor Francisco Antonio de Souza Porto) — Recorrida: Justiça Pública — Decisão: "Deu-se provimento, à unanimidade".

EMENTA: "Identificação Criminal — Indiciado já identificado civilmente — Se o indiciado é identificado civilmente no distrito da culpa não é de lhe ser exigida a identificação criminal que constitui assim, constrangimento ilegal reparável por Habeas Corpus. Reforma-se a sentença de 1ª Instância que decidiu em sentido contrário".

Nº 866 — Distrito Federal — Relator: Desembargador Helládo Toledo Monteiro — Recorrente: ex officio: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal — Recorrido: Jaime Ribeiro da Costa (Advogado Doutor Luiz Antonio Bezerra) — Decisão: "Deu-se provimento, por maioria".

EMENTA: "Habeas Corpus, por arguidia ilegalidade, da prisão em flagrante, cujo auto foi lavrado, no dia seguinte ao da prisão. Provimento do recurso, para cassar a ordem concedida, uma vez que a prisão ocorreu a última hora do dia anterior ao da

vez que já é identificado civilmente, no distrito da culpa, consoante caudalosa jurisprudência da Turma".

Nº 882 — Distrito Federal — Relator: Des. Juscelino José Ribeiro — Recorrente: Celso Clarimundo da Fonseca — (Advogado — Doutor João da Silva Araújo) — Recorrida: — Justiça Pública — Decisão: — "Deu-se provimento, a unanimidade".

EMENTA: — "Identificação Criminal — Indiciado já identificado civilmente — Se o indiciado é identificado civilmente no distrito da culpa não é de lhe ser exigida a identificação criminal, que constitui assim, constrangimento ilegal reparável por Habeas Corpus.

Reforma-se a sentença de 1ª Instância que decidiu em sentido contrário".

Nº 892 — Distrito Federal — Relator: Des. Juscelino José Ribeiro — Recorrente: — Alexandre Duarte de Lacerda — (Advogado — Doutor Paulo Roberto Baeza Neves) — Recorrida: — Justiça Pública — Decisão: — "Deu-se provimento, à unanimidade".

EMENTA: — "Identificação Criminal — Indiciado já identificado civilmente — Se o indiciado é identificado civilmente no distrito da culpa não é de lhe ser exigida a identificação criminal, que constitui assim, constrangimento ilegal reparável por Habeas corpus.

Reforma-se a sentença de 1ª Instância que decidiu em sentido contrário".

Nº 894 — Distrito Federal — Relator: Des. Juscelino José Ribeiro — Recorrente: — Juiz Pereira de Andrade — (Advogado — Doutor Geraldo Fernandez Dominguez) — Recorrida: — Justiça Pública — Decisão: — "Deu-se provimento ao recurso, à unanimidade".

EMENTA: — Identificação Criminal — Indiciado já identificado civilmente — Se o indiciado é identificado civilmente no distrito da culpa não é de lhe ser exigida a identificação criminal, que constitui assim, constrangimento ilegal reparável por Habeas Corpus.

Reforma-se a sentença de 1ª Instância que decidiu em sentido contrário".

Nº 900 — Distrito Federal — Relator: Des. Juscelino José Ribeiro — Recorrente: Osvaldo Carmona — (Advogados — Doutores Dilson Furtado de Almeida e Ladislau Carmona) — Recorrida: — Justiça Pública — Decisão: — "Deu-se provimento ao recurso, à unanimidade".

EMENTA: — "Identificação Criminal — Indiciado já identificado civilmente — Se o indiciado é identificado civilmente no distrito da culpa não é de lhe ser exigida a identificação criminal que constitui assim, constrangimento ilegal reparável por Habeas Corpus.

Reforma-se a sentença de 1ª Instância que decidiu em sentido contrário".

Nº 909 — Distrito Federal — Relator: Des. José Júlio Leal Fagundes — Recorrente: — Arlindo Pereira Caixeta — (Advogado — Doutor Hélio Pereira Leite) — Recorrida: — Justiça Pública — Decisão: — "Deu-se provimento, à unanimidade".

EMENTA: — "Reforma-se a sentença denegatória de dispensa de identificação criminal, em habeas corpus, a paciente identificado civilmente, no distrito da culpa, consoante caudalosa jurisprudência da Turma, que considera constrangedora a repetição".

Nº 911 — Distrito Federal — Relator: Des. José Júlio Leal Fagundes — Recorrente: Joaquim Francisco do Nascimento — (Advogado — Doutor José Anastácio Ferreira) — Recorrida: — Justiça Pública — Decisão: — "Negou-se provimento, à unanimidade".

EMENTA: — "Recurso voluntário de habeas corpus a que se nega provimento, ante a superveniência do decreto de prisão preventiva".

Nº 913 — Distrito Federal — Relator: Des. José Júlio Leal Fagundes — Recorrente: — José Esperdião Bezerra — (Advogado — Doutor Amaro Nêris Cardoso) — Recorrida: — Justiça Pública — Decisão: — "Deu-se provimento, à unanimidade".

EMENTA: — "Reforma-se a sentença denegatória de dispensa de

so de "Habeas Corpus"

Nº 881 — Distrito Federal — Relator: Des. José Júlio Leal Fagundes — Recorrente: ex officio — Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal — Recorrido: Cláudio Carlos da Rocha — (Advogado — Doutor Augusto Henrique Nardelli Pinheiro) — Decisão: — "Negou-se provimento, à unanimidade".

EMENTA: — "Confirma-se a sentença concessiva de habeas corpus para livrar-se o paciente de repetitiva identificação datiloscópica, uma